



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. EDUARDO DA FONTE)

Dispõe sobre modificações das faixas de consumo e dos percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I – para a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 60 (sessenta) kWh/mês, o desconto será de 75% (setenta e cinco por cento);

II – para a parcela do consumo compreendida entre 61 (sessenta e um) kWh/mês e 180 (cento e oitenta) kWh/mês, o desconto será de 55% (cinquenta por cento);

III – para a parcela do consumo compreendida entre 181 (cento e oitenta e um) kWh/mês e 250 (duzentos e cinquenta) kWh/mês, o desconto será de 25% (vinte e cinco por cento);

IV – para a parcela do consumo superior a 250 (duzentos e cinquenta) kWh/mês, não haverá desconto.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

JUSTIFICAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os preços da energia elétrica apresentaram expressiva elevação nos últimos anos. Entre 2013 e 2018, os valores pagos para remunerar a geração de energia apresentaram elevação de 71% no segmento residencial, resultado da maior participação da geração termelétrica na matriz elétrica nacional.

Por outro lado, famílias de baixa renda são as principais atingidas pela crise econômica que assola o País há anos, sobretudo em razão do sempre presente fantasma do desemprego. Reduzir o impacto desse tipo de despesa no orçamento das famílias brasileiras de baixa renda é medida essencial para estabelecimento de condições mínimas de justiça social.

Com a redução das faixas de consumo e o aumento dos percentuais de desconto, será possível expandir o alcance desse importante benefício, protegendo a parcela mais vulnerável da sociedade.

As alterações propostas deverão ensejar aumentos a serem suportados pelos demais consumidores, mediante repasse da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Em 2018, a Tarifa Social de Energia Elétrica respondia por 12,1% da CDE, o que demonstra haver espaço para os pretendidos aumentos dos percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Solicitamos aos nobres Pares a detida análise e aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado EDUARDO DA FONTE
PP/PE